

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/09/2014 a 30/09/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Pouca eficiência na produção 'rouba' mercado do Brasil no exterior. Mariana Carneiro – Folha de São Paulo, Mercado. 01/09/2014.....	3
Depois da cana, Odebrecht terá frango em Angola. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 02/09/2014.....	4
Brasil debate política agroambiental. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/09/2014	5
Brasil vê potencial para cana na África. Cláudia Facchini – Valor Econômico, Agronegócios. 05/09/2014	6
Mapa apresenta programas de fomento na Costa Rica – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 09/09/2014.....	8
Bayer CropScience vai investir 1,3 bilhão de euros na Europa até 2016 – Valor Econômico, Agronegócios. 17/09/2014	8
MDA reforça parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2014	9
Especulação com ebola volta a impulsionar cotação do cacau. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 26/09/2014	9
Primeiros equipamentos do Mais Alimentos Internacional chegam ao Zimbábue. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2014	11
CONTAG destaca importância da agricultura familiar à TV rural do Vietnã. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/09/2014.....	11
ADM e Marubeni expandem joint venture de operação portuária nos EUA. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014	12
Fundo soberano chinês vende participação na Noble – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014	13
Aumentam as exportações agropecuárias da Índia. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014	13

Pouca eficiência na produção 'rouba' mercado do Brasil no exterior. Mariana Carneiro – Folha de São Paulo, Mercado. 01/09/2014

Quem está roubando mercado do Brasil no exterior é a perda de eficiência na produção doméstica, e não os culpados citados sempre, como China e outros concorrentes.

A avaliação é unânime entre economistas e empresários reunidos em São Paulo nas últimas quinta (27) e sexta-feira (28) no Fórum de Exportação, evento organizado no ciclo de Seminários Folha.

O diagnóstico é que produzir no Brasil ficou caro, em razão de custos crescentes com mão de obra, burocracia estatal, altos impostos e dificuldades logísticas -problemas que ficaram evidentes quando o dólar ficou mais barato no Brasil e a competição global se acirrou.

O problema bate hoje à porta do agronegócio, mas na indústria já é crise séria.

As exportações de produtos manufaturados estão estagnadas desde 2008. As vendas de itens industriais, que respondiam por mais da metade do que o Brasil exportava há dez anos (54%), hoje não passam de 38%.

As importações, por sua vez, subiram quase 40%, sugerindo que também no mercado doméstico o país perde a "guerra comercial", como diz o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP Paulo Feldmann.

Para compensar a perda de competitividade da indústria, o governo lançou mão de subsídios, desonerações, empréstimos do BNDES e protecionismo, observa o ex-embaixador Rubens Barbosa.

O efeito não tem sido animador. A crise persistente da indústria e a previsão, cada vez mais realista, de que o país caminha para um saldo negativo em sua balança comercial levam à necessidade de uma solução para um dano profundo: a perda da capacidade de competir.

"É um dos problemas mais graves que estamos enfrentando", diz Barbosa, que é conselheiro da Fiesp. "A perda de competitividade é sistêmica. Enquanto o mundo avança, o Brasil está parado."

O curativo mais lembrado por empresários é corrigir (para cima) a cotação do dólar, fazendo com que os custos, quando fixados na moeda estrangeira, pareçam menores. Mas não é o bastante.

"O câmbio é uma solução passageira", diz José Augusto de Castro, presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

"Nós temos que reduzir custos, pois só assim a empresa exportadora tem o controle sobre [os ganhos obtidos com a] exportação."

Sobre o câmbio, ressalta, a empresa não tem controle.

O ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles (2003-11), que abriu o Fórum, afirma que a tendência de longo prazo é que o dólar se valorize. No mercado, analistas preveem a moeda americana a R\$ 2,50 ao fim de 2015.

Mas também Meirelles recomenda soluções mais microeconômicas, que melhorem o ambiente de negócios para as empresas.

A redução de incertezas daria previsibilidade aos empresários, que assim poderiam ampliar investimentos e melhorar a produtividade dentro das fábricas. Do lado de fora, é preciso aplicar recursos e esforços na infraestrutura para escoar a produção.

"O caminho para a recuperação do crescimento passa certamente pelas exportações", afirmou Meirelles.

Para Barbosa, e também para Castro, as empresas brasileiras têm que participar das cadeias globais de produção, e isso só ocorrerá com custos internos mais baixos -o que requer uma revisão de impostos, custos trabalhistas e de burocracia estatal.

"Precisamos fazer o dever de casa. Se não, teremos que rezar muito, e em mandarim", diz Castro, referindo-se ao principal parceiro do Brasil, a China.

Depois da cana, Odebrecht terá frango em Angola. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 02/09/2014

Com 30 anos de Angola, a Odebrecht inicia uma nova fase no país africano. Após décadas dedicadas a obras de infraestrutura, o grupo agora foca também no agronegócio.

Na semana passada, a Odebrecht Angola começou a operar, junto com dois parceiros locais, a primeira usina de cana do país, dedicada à produção de açúcar para o mercado angolano.

Com capacidade de processamento de 2,2 milhões de toneladas de cana, a usina é apenas o primeiro projeto agroindustrial da empresa em Angola. Até o final deste ano, ela começa a erguer um complexo para a produção de carne de frango -um projeto inédito para o grupo, que no Brasil já atua em cana.

O plantio de grãos e feijão também é avaliado pela Biocom, empresa que construiu e opera a usina, com 40% de participação da Odebrecht.

"A África tem uma dependência alimentar muito grande e um potencial fantástico, mas a produção é muito baixa", diz Carlos Mathias, diretor-geral da Biocom. "Dificilmente vamos entrar em Angola como plataforma exportadora. Não tenho como competir em preço com o Brasil."

A concorrência brasileira preocupa a Biocom até em Angola. "Estamos negociando com o governo a colocação de uma sobretaxa para o açúcar brasileiro. Essa proteção é importante para nos dar competitividade", afirma.

Sem produção local, hoje Angola importa 100% do açúcar que consome. Cerca de 80% é fornecido pelo Brasil, que no ano passado enviou 355 mil toneladas ao país, ou 1,3% do total exportado.

Apesar de possuir nove usinas no Brasil, a Odebrecht não é uma grande exportadora de açúcar. A maioria de seus projetos no país é dedicada à produção de etanol.

DESAFIOS

Em Angola, que saiu há 12 anos de uma guerra civil, a Odebrecht tem desafios logísticos, de produtividade e de custo. O país é considerado um dos mais caros do globo.

"Se no Brasil qualquer coisa custa R\$ 1, aqui custa US\$ 1", disse Mathias, que evitou revelar o custo de produção.

A vantagem da usina é a área onde está localizada, concedida pelo governo angolano. A cana está sendo cultivada em 37 mil hectares ao lado da indústria, o que reduz custos com transporte.

O projeto faz parte do polo agroindustrial de Capanda, na província de Malanje, no norte do país. É lá onde também será instalado o projeto integrado de frango (produção de grãos, ração, engorda e abate das aves) e onde já produzem grãos um grupo chinês e outro espanhol.

A área é administrada pela Sodepac, órgão ligado ao governo que define quem poderá se instalar no polo. Em Angola, toda a terra é propriedade do governo, que cede o uso durante o prazo de até 65 anos, renováveis.

A terra e o clima são semelhantes aos do Cerrado brasileiro, mas o rendimento é baixo: 61 toneladas por hectare. Em 13/14, o rendimento em São Paulo foi de 83 toneladas. A empresa espera chegar a 70 toneladas em dez anos.

Nesta safra, a Biocom processará 160 mil toneladas de cana, esperando chegar a 2,2 milhões na safra 19/20, quando atingirá a maturidade. Nessa mesma temporada, serão produzidas 256 mil toneladas de açúcar, equivalente a 70% do consumo local.

No mesmo ano, a produção de etanol atingirá 28 milhões de litros. "Estamos avaliando a produção de álcool para uso da indústria local. Mas, neste primeiro momento, o etanol será vendido para mistura à gasolina", diz Mathias.

Em 2015, o governo angolano deve definir um percentual de mistura do etanol à gasolina. Apesar de ser exportador de petróleo bruto, Angola precisa importar combustíveis, devido à sua limitada capacidade de refino.

A geração de energia elétrica na usina, a partir da queima do bagaço da cana, será de 50 MW, dos quais 30 MW serão exportados para abastecer cidades vizinhas.

A repórter viajou a convite da Odebrecht

Brasil debate política agroambiental. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/09/2014

Segurança alimentar, combate à fome e a preservação reúnem países da América Latina.

O governo brasileiro realiza nesta quinta-feira (04/09) encontro nacional que dá início à segunda etapa do Projeto de Fortalecimento de Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do

Brasil e Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO). “O nosso desafio é fazer com que a América Latina que é uma região do planeta com grande potencial para produção de alimentos, e que pode ampliar essa produção, que faça isso com o cuidado ambiental necessário”, explicou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral. Outros países da região estão promovendo encontros nacionais para, em seguida, dar início ao diálogo multilateral.

O projeto, lançado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), tem como objetivo gerar espaço de diálogo sobre políticas agroambientais e avançar em discussões que propiciem a elaboração de diretrizes voluntárias que envolvem o tema, tendo como marco a segurança alimentar e combate à fome.

INTERCÂMBIO

Em sua primeira fase, concluída no final de 2013, identificou experiências de sucesso na área agroambiental no Brasil, Colômbia, Chile, México e Nicarágua para difundir essas ações na América Latina e no Caribe. “A primeira etapa do trabalho foi fazer o intercâmbio dessas políticas que nós desenvolvemos e as que os outros países participantes desenvolvem, avaliar o potencial de cada uma delas pra que possamos fortalecer na América Latina a incorporação do componente ambiental nas políticas agrícolas”, relatou Cabral.

Nesta segunda etapa, o projeto será ampliado para outros países da região e serão elaboradas diretrizes orientadoras para as políticas atuais e novas políticas. “O Brasil está avançado nisso, tem bons exemplos, tem muito a contribuir”, acrescentou o secretário. “O Brasil é, por incentivo da FAO, doador e grande mobilizador político desse projeto.”

Brasil vê potencial para cana na África. Cláudia Facchini – Valor Econômico, Agronegócios. 05/09/2014

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acaba de concluir um amplo estudo para o desenvolvimento de vários polos sucroalcooleiros no oeste da África, uma das regiões mais pobres do mundo. Pesquisadores da firma de consultoria Bain&Company e do escritório da advocacia Machado Meyer, que foram contratados para realizar o levantamento para banco estatal de fomento, percorreram o Senegal, Mali, Níger, Burkina Faso, Benin, Togo, Costa do Marfim e Guiné Bissau, ex-possessões francesas que constituíram a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa) em 1994, quando passaram a adotar uma moeda única, o franco CFA.

O bloco econômico africano é apoiado pela França, que lhe dá a grande vantagem econômica de manter um câmbio fixo com o euro. Mas isso não impede que a região exiba um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do mundo, situação que pode piorar com o surto do vírus ebola nos países vizinhos, como Serra Leoa e Libéria. Juntos, os oito países da Uemoa reúnem um PIB de US\$ 136 bilhões e têm um déficit na balança comercial de US\$ 6,8 bilhões. Dos 100 milhões de habitantes,

36% apenas estão em áreas urbanizadas e o IDH médio da região é de 0,394 - indicador bem inferior ao do Brasil, que é de 0,730.

O levantamento feito pelo BNDES, que contou também com a contribuição da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), levou quase um ano para ser concluído e mapeou 11 potenciais polos agroenergéticos nos países-membros da Uemoa, que abrangeriam desde o plantio de cana até a produção de açúcar e etanol, além da instalação de usinas termelétricas, que gerariam energia a partir da queima do bagaço. A ideia é replicar o modelo brasileiro no oeste africano e que permite aliar a produção de um alimento, o açúcar, com a oferta de biocombustíveis (etanol) e a geração de energia elétrica.

De acordo com o estudo, existe na Uemoa um potencial para produção de 950 mil toneladas de açúcar, que poderiam injetar US\$ 1 bilhão por ano na economia. Além disso, os polos agroenergéticos poderiam produzir 600 mil metros cúbicos de etanol e 310 GW de energia elétrica, que trariam, respectivamente, um impacto econômico de US\$ 437 milhões e US\$ 38 milhões por ano. "O impacto esperado é de 1% a 5% do PIB, sendo a maior parte decorrente da produção de açúcar", concluem os pesquisadores.

O desenvolvimento desses núcleos sucroalcooleiros demandaria um investimento total de US\$ 3,2 bilhões. Os países mais beneficiados seriam o Benin e Senegal, que poderiam receber, respectivamente, investimentos de US\$ 512 milhões e US\$ 663 milhões. Em terceiro lugar viria o Togo, onde poderiam ser investidos US\$ 425 milhões, proporcionando um crescimento do PIB de 5%, o maior impacto entre todos os oito países do bloco econômico. Outros países que também apresentam potencial são Burkina Faso, Costa do Marfim e Níger, nos quais poderiam ser investidos US\$ 412 milhões, US\$ 410 milhões e US\$ 397 milhões, respectivamente.

"A intenção foi mostrar que essa é uma região viável da África", afirma Marcelo Alves, chefe do departamento de infraestrutura do BNDES. Segundo ele, no memorando assinado pelo governo do Brasil com a Uemoa, o banco brasileiro de fomento não se compromete a financiar os projetos. "Não temos esse compromisso", diz Alves. O papel do BNDES é o de identificar oportunidades que podem interessar às empresas brasileiras, que têm expertise no setor agroenergético, como fabricantes de bens de capital.

A produção de biocombustíveis, contudo, é criticada por aqueles que defendem que as áreas agricultáveis deveriam ser destinadas prioritariamente à produção de alimentos, especialmente na África, onde a fome ainda é o problema mais sério. "Sabemos que existe essa crítica", responde Alves. A ideia é mostrar o contrário, que os polos agroenergéticos podem ser uma solução.

O projeto na África originou-se ainda das visitas do ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva ao continente. Segundo o diretor do BNDES, uma das preocupações do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que procurou o banco de fomento para a realização do estudo, foi tentar mostrar que não existe essa dicotomia, entre a produção de alimentos e combustíveis, no modelo desenvolvido no Brasil em torno da indústria de cana-de-açúcar.

Os polos agroenergéticos formam um "tripé", afirma Alves, que podem satisfazer tanto a necessidades de alimentos, permitindo que esses países substituam a importação de açúcar, como também proporcionar a oferta de combustíveis e energia, que são essenciais para o desenvolvimento industrial desses países. A energia, por exemplo, é necessária para os projetos de irrigação, nos quais poderiam ser plantados outros tipos de lavoura.

"Esses países africanos não trocariam terras destinada à produção de alimentos para produção de biocombustíveis", afirma o sócio da área de Infraestrutura do escritório Machado Meyer, Fábio Falkenburger. Uma das inspirações para a proposta defendida pelos consultores brasileiros foi o conceito de "zonas de desenvolvimento especiais" disseminado pelo ministro da Agricultura da Nigéria, Akinwunmi Adesina, afirmam Fernando Martins, sócio da Bain&Company responsável pelo projeto e Luiza Mattos, gerente da firma de consultoria.

O ministro nigeriano, que tem doutorado pela Universidade de Purdue, nos EUA, implementou políticas para fortalecer a agricultura familiar e conquistou o respeito internacional. Seu movimento, a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA, na sigla em inglês), lançada em 2007 com o objetivo de retirar milhões de agricultores da pobreza e da insegurança alimentar no continente, é apoiada pela Rockefeller Foundation e pela fundação mantida por Bill Gates.

Mapa apresenta programas de fomento na Costa Rica – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 09/09/2014

Intenção é mostrar tecnologias que podem servir de exemplo para outros países

Inovação agropecuária, assistência técnica, controle do uso de produtos agrícolas, agricultura sustentável para a redução da emissão de carbono. Esses são alguns programas brasileiros de fomento à agricultura que serão apresentados pelo secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caio Rocha, na Costa Rica.

O encontro será no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no país. A intenção é mostrar como estas tecnologias estão sendo utilizadas no Brasil para que possam servir de exemplo para outros países.

Bayer CropScience vai investir 1,3 bilhão de euros na Europa até 2016 – Valor Econômico, Agronegócios. 17/09/2014

FRANKFURT - A Bayer CropScience, divisão de agronegócio da alemã Bayer AG, planeja investir 1,3 bilhão de euros (US\$ 1,68 bilhão) na Europa, como parte do programa de investimento total de 2,4 bilhões de euros que começou no ano passado e vai até 2016.

“Estamos convencidos do potencial de crescimento de longo prazo dos mercados agrícolas, apesar da recente volatilidade”, disse o CEO da Bayer CropScience, Liam Condon em conferência com a imprensa, hoje.

Para a Alemanha, a companhia reservou 800 milhões de euros. Anteriormente, a empresa havia divulgado o investimento de 700 milhões de euros na América do Norte entre 2013 e 2016.

A Bayer CropScience espera que o mercado mundial de defensivos agrícolas, sementes e tratamentos em plantas cresça para cerca de 100 bilhões de euros em 2020, ante 50 bilhões de euros em 2008.

Nos últimos anos, a Bayer CropScience investe cerca de 1 bilhão de euros anualmente em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de aumentar a sua linha de produtos.

(Dow Jones Newswires)

MDA reforça parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2014

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fortaleceu a longa parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida). Nesta segunda-feira (22), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, além de ressaltar a importância da agência para o desenvolvimento da agricultura familiar, deu as boas-vindas aos novos integrantes do fundo: o vice-presidente de Operações, John Murray McIntire, e o correspondente no Brasil, Paolo Silverio.

Durante a reunião, em Brasília, o ministro Laudemir Müller reafirmou a importância da parceria entre o Fida e o MDA. “O Fida cumpre um papel fundamental no desenvolvimento do rural brasileiro. Nossa agricultura familiar cresceu muito, mas ainda temos desafios a serem superados, como a integração do conjunto de políticas públicas que oferecemos e a participação massiva da sociedade nos programas ofertados”, destacou.

MDA e Fida são parceiros no Projeto Dom Helder Câmara, que foi ampliado neste mês. Agora, serão atendidas 27 mil famílias no Semiárido para a redução da pobreza. “O montante de recursos aportado chega aos US\$ 60 milhões. Vamos atender todos os estados do Nordeste. Só faltava Alagoas, mas foi incluído nessa ampliação”, explicou a secretária de Desenvolvimento Territorial do MDA, Andrea Butto.

Fida

O Fida, agência especializada das Nações Unidas, participa desde a década de 1980 na formulação de políticas de desenvolvimento agrário rural sustentável no País. O organismo da ONU acredita que a produção em pequenas propriedades rurais pode ser a chave para a recuperação das economias latino-americanas após a crise econômica global.

Especulação com ebola volta a impulsionar cotação do cacau. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 26/09/2014

Às vésperas da colheita de uma esperada safra recorde de cacau na Costa do Marfim, maior produtor mundial da commodity, os preços da amêndoa voltaram a disparar. A

epidemia de ebola continua se espalhando entre a população das vizinhas Guiné e Libéria como um rastilho de pólvora, e os compradores temem que o mercado da amêndoa marfinense seja afetado ao menor sinal do vírus nas fronteiras do país.

Em dez dias, os contratos futuros de segunda posição de entrega na bolsa de Nova York subiram 8,6%, ou US\$ 261. Ontem, os fundos buscaram embolsar parte dos lucros obtidos até agora, o que provocou queda de US\$ 29 no lote para março de 2015, que fechou a US\$ 3.289 a tonelada.

A última vez em que os preços se mantiveram acima de US\$ 3.200 a tonelada na bolsa americana foi em 2011, quando o então presidente marfinense Laurent Gbagbo se recusou a aceitar a derrota nas eleições, desencadeando uma guerra civil.

Agora, os traders afirmam que as preocupações sobre os efeitos do ebola vão desde interrupções da colheita, suspensão das atividades nos portos a até levantamento de barreiras sanitárias.

Até o momento, porém, não houve nenhum caso do vírus na Costa do Marfim e nenhum problema comercial foi registrado. Mesmo assim, fundos especulativos estão aproveitando o clima de incerteza para comprar posições. Inclusive algumas indústrias, temerosas de problemas de fornecimento, também têm acertado negócios nos lotes com vencimentos mais próximos, afirma Thomas Hartmann, analista da TH Consultoria, em Salvador.

O furor nas bolsas internacionais já respingou no mercado interno. Em dez dias, o preço médio do cacau ofertado nas praças de Ilhéus e Itabuna subiu 11,6% e ficou ontem em R\$ 115 a arroba.

A relação entre oferta e demanda global, no entanto, ainda é folgada. Segundo Hartmann, estimativas privadas avaliam que a safra mundial de cacau 2013/14, que termina no dia 30, terá estoques entre 1,43 milhão e 1,84 milhão de toneladas, o que permite assegurar cerca de cinco meses de consumo, conforme o consultor.

Começa a se somar a esse volume, no mês seguinte, a nova safra da Costa do Marfim, estimada pelas autoridades em 1,8 milhão de toneladas. Em 2013/14, o país produziu 1,73 milhão de toneladas da amêndoa, segundo a última projeção da Organização Internacional do Cacau, mas esse dado ainda será revisto e o volume poderá chegar a 1,8 milhão de toneladas.

"A conjuntura fundamental é tudo menos altista", afirma o analista da TH Consultoria. Hartmann descarta a possibilidade de faltar cacau no mundo, mesmo com eventuais problemas de fornecimento da amêndoa marfinense por causa do ebola, devido aos altos estoques globais.

O "pânico" instalado no mercado já foi suficiente, porém, para indicar um aumento nos custos de produção do chocolate. Entre os dias 12 e 19 deste mês, o preço apurado pela trading CocoaMerchantsAssociationofAmerica da manteiga de cacau, que é utilizada para dar consistência ao doce, subiu 6,3% e ficou em US\$ 8.473 a tonelada.

Primeiros equipamentos do Mais Alimentos Internacional chegam ao Zimbábue. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2014

Representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) viajaram no sábado (27) para a África. A comitiva visita Moçambique com objetivo de discutir o desenvolvimento das atividades de cooperação técnica e acompanha no Zimbábue a chegada dos primeiros implementos agrícolas do Programa Mais Alimentos Internacional para o país. Serão entregues 80 arados e 30 distribuidores de calcários, exportados da indústria brasileira, que vão ajudar no desenvolvimento do meio rural de Zimbábue.

O Zimbábue ainda receberá cerca de sete mil equipamentos, que serão entregues até o fim do ano, por meio do Mais Alimentos Internacional, no valor de R\$ 70,9 milhões. Ao todo, serão exportados ao país 50 tipos diferentes de máquinas e implementos agrícolas fabricados por empresas do Brasil.

Moçambique

Os representantes do MDA também vão visitar Moçambique. Na capital Maputo, o grupo vai conhecer outras áreas que também serão beneficiadas com máquinas. “Antes disso, precisamos que Moçambique nos indique onde vai alocar cada uma das máquinas, quais regiões serão atendidas e quem são os agricultores. Então, vamos discutir a chegada e a utilização dessas máquinas naquele país”, explica o coordenador do Mais Alimentos Internacional, Marco Antônio Viana Leite.

Programa Mais Alimentos Internacional

O Programa Mais Alimentos Internacional tem dois objetivos: estabelecer uma linha de crédito concessional para o financiamento de exportações brasileiras de máquinas e equipamentos destinados à agricultura familiar e fornecer apoio a projetos de desenvolvimento rural para o fortalecimento da produção da agricultura familiar por meio da cooperação técnica e do intercâmbio de políticas públicas.

Coordenado pelo MDA, o programa tem a participação de mais de 500 empresas brasileiras que exportam para seis países: Zimbábue, Moçambique, Senegal, Gana, Quênia e Cuba.

O governo brasileiro já aprovou R\$ 1,2 bilhão em exportação de tecnologia de máquinas agrícolas, área em que o Brasil é referência mundial. A previsão é de que mais de 2,5 mil tratores sejam comercializados pelo programa. Além disso, 35 mil equipamentos e máquinas agrícolas também serão usados nas lavouras dos países cooperantes.

CONTAG destaca importância da agricultura familiar à TV rural do Vietnã. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/09/2014

A situação de vida e trabalho da agricultura familiar, os principais desafios e conquistas

do setor e sua importância para a economia e garantia da soberania e segurança alimentar da população brasileira foram alguns dos temas abordados em entrevista concedida pelo vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da CONTAG, Willian Clementino, à TV rural do Vietnã na manhã desta segunda-feira (29), em Brasília.

Este é o único canal de TV no Vietnã cuja programação é totalmente dedicada ao meio rural e parte de sua equipe está gravando uma série de reportagens no Brasil para conhecer a realidade e experiências vivenciadas aqui. Eles afirmaram que consideram o Brasil uma referência de produção agrícola, no tamanho territorial e nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Hoje, o Vietnã enfrenta sérios problemas com preços dos alimentos, de eficiência na produtividade devido a falta de tecnologia apropriada, no tamanho das terras para a produção, com a migração do campo para a cidade e com a ação dos atravessadores e comerciantes.

A entrevista procurou detalhar o papel desenvolvido pela CONTAG na defesa dos interesses e direitos dos agricultores(as) e assalariados(as) rurais, as ações como o Grito da Terra Brasil, os programas governamentais, como o Pronaf, o PAA, o PNAE, a habitação rural, a educação do campo, entre outros.

Outro tema de destaque foi a realização da reforma agrária como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis, bem como a diferença do modo de vida e produção entre a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro. “Existe uma diferença muito grande. A agricultura familiar é um modo de vida e de produção, com produção de alimentos saudáveis em equilíbrio com a preservação e conservação ambiental. Já o agronegócio preza pela produção de commodities, o lucro acima de tudo, com a concentração de terra, riqueza e poder, além da exploração da mão-de-obra”, destacou o dirigente durante a entrevista.

Ao final, Willian Clementino convidou a equipe da TV vietnamita a cobrir as principais ações que a CONTAG, as Federações e Sindicatos realizarão no próximo ano, como o Festival Nacional da Juventude Rural, o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas.

ADM e Marubeni expandem joint venture de operação portuária nos EUA. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014

SÃO PAULO - A multinacional americana Archer Daniels Midland (ADM) e a japonesa Marubeni anunciaram hoje que expandiram a KalamaExportCompany (KEC), joint venture que já detinham no Noroeste Pacífico dos Estados Unidos. A expansão vai significar por parte da Marubeni a destinação das operações de elevação de grãos no terminal 5 do porto de Portland, em Oregon, para o terminal da Columbia Export, subsidiária da KEC.

Em conexão com a transação, as partes também pretendem renomear a KEC como Pacifcor, LLC. A KEC, que foi formada em 1998 pela subsidiária da Marubeni, a Gaviion Holdings, ADM e Agrex, está engajada no negócio de exportação de grãos e

óleos vegetais por sua operação de elevação de grãos no porto de Kalama, em Washington.

As operações de elevação de grãos de Kalama e da Portland vão continuar ocorrendo separadamente, mas seus acionistas em comum devem investir para elevar a eficiência e atingir mais efetividade das operações do negócio.

“Essa ação representa outro importante passo no esforço de construir a cadeia de valor dos serviços agrícolas da ADM desde a originação até o destino”, disse Joe Taets, vice-presidente senior da ADM.

“Nós acreditamos que os acionistas comuns vão acelerar os esforços para ampliar a eficiência operacional” disse Satoshi Wakabayashi, diretor de operações da companhia japonesa.

Fundo soberano chinês vende participação na Noble – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014

CINGAPURA - O fundo soberano da China está vendendo parte de suas ações na Noble, o que levou à maior queda diária em três anos do preço da empresa listada na bolsa de Cingapura.

A China Investment Corp. (CIC) deseja levantar US\$ 310,6 milhões com a oferta de quase um terço de sua participação na trading de commodities, segundo pessoas a par da negociação. A notícia provocou a queda de 9% das ações da Noble, que foram negociadas a US\$ 1,27.

Às autoridades reguladoras, a Noble explicou que o fundo chinês está ajustando a sua participação [na companhia] e que “a notificação sobre a mudança da CIC seria anunciada tão logo a operação estiver finalizada”.

A CIC, que detém quase 15% das ações da Noble, não respondeu ao pedido de entrevista da Dow Jones Newswires. Com a venda, o fundo soberano chinês deverá ficar com menos de 10% da Noble.

(Dow Jones Newswires)

Aumentam as exportações agropecuárias da Índia. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014

(Atualizada às 11:36) A Índia superou a Austrália e se tornou o sétimo maior país exportador de produtos agropecuários do mundo em 2013, de acordo com levantamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Em 2003, os indianos ocupavam a 13ª posição nesse ranking.

O salto, segundo o órgão americano, foi turbinado por subsídios e resultou de um incremento de 21,3% ao ano na década, o maior em um grupo de grandes exportadores que inclui o Brasil. Puxada pela soja em grão, a taxa média anual de crescimento das exportações brasileiras do setor no intervalo foi de 14,9%.

Segundo o USDA, os embarques da Índia renderam mais de US\$ 39 bilhões no ano passado, ante menos de US\$ 5 bilhões dez anos antes. O superávit do país no setor cresceu cerca de dez vezes no intervalo, para quase US\$ 20 bilhões, e as vendas continuam aquecidas. Neste ano, suas exportações de carne de búfalo já aumentaram 18%, enquanto as de trigo cresceram 75%. A Índia também se tornou um “player” de peso nos mercados de arroz, açúcar, e algodão. Também cresceram suas fatias nas exportações de farelo de soja e milho.

No caso da carne de búfalo, os embarques indianos só perdem, em 2013 e neste ano, para as vendas de carne bovina do Brasil. Segundo o USDA, a carne de búfalo da Índia tem preços muito competitivos. Mas, no caso de produtos como arroz e trigo, o órgão americano realça que o desempenho do país foi impulsionado por subsídios. Conforme estimativas, o apoio oficial indiano para a agricultura aumentou de US\$ 68 bilhões, em 2009-2010, para US\$ 85 bilhões em 2013-2014.

O governo indiano compra arroz e trigo diretamente dos agricultores por meio de uma política de preços mínimos que tem por objetivo formar estoques por razões de segurança alimentar. Em seis anos, o preço mínimo em vigor no país para o arroz aumentou 75%, enquanto o do trigo subiu 40%. Os produtos são vendidos a preços mais baixos no mercado doméstico.

Essa política fez a produção se expandir. De um lado, não há armazéns suficientes para os estoques e parte dos produtos fica a céu aberto, estragando. De outro, as exportações aumentaram, a preços competitivos. Em 2013, a Índia se tornou o maior fornecedor agrícola para os países mais pobres do planeta, com vendas de US\$ 5 bilhões, ou US\$ 1 bilhão a mais que a União Europeia, o segundo maior exportador para esses mercados.

Conforme o USDA, nos últimos cinco anos os embarques agrícolas indianos para os países mais pobres aumentaram mais que o dobro da taxa da Indonésia — 314% contra 133%. A questão, agora, é que países como o vizinho Paquistão reclamam que a política de segurança alimentar indiana gera insegurança alimentar em outros países.

Na semana passada, o ministro de Comércio de Ruanda, François Kanimba, ilustrou essa situação afirmando ao “Financial Times” que os importadores de seu país compravam alimentos da Índia, como açúcar e arroz, a preços muito baixos. E que isso afetava o produtor local e complicava os esforços domésticos para construir sua própria segurança alimentar.

As cifras do USDA devem alimentar queixas de alguns parceiros na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a postura atual da Índia na entidade.

Sozinha, a Índia bloqueou, em julho, o acordo de facilitação de comércio negociado em dezembro de 2013 em Bali (Indonésia). O país insiste que antes seja encontrada também uma solução para os subsídios destinados à formação de estoques para segurança alimentar.

Este mês, os países iniciaram consultas para tentar superar o impasse, mas na segunda-feira houve um novo confronto entre Índia e EUA. O problema, segundo fontes, é que a tática indiana até agora sempre foi de pedir mais. A interpretação de importantes parceiros é que o governo do primeiro-ministro Narendra Modi quer carta branca para

subsidiar à vontade a compra de estoques de arroz e de trigo via política de preços mínimos, despejando os excedentes no mercado internacional e afetando as exportações de outros países.

A Índia quer adotar essa estratégia sem risco de ser questionada na OMC, diz um importante negociador. Se não conseguir, parece disposta a paralisar todo o resto das negociações. Para vários parceiros, porém, o preço dessa carta branca é caro demais.

Nesta terça-feira, Modi estará na Casa Branca com o presidente Barack Obama e a expectativa pelo menos de parte da imprensa indiana é que pode haver uma “reconciliação” na área comercial. Hoje, na OMC, porém, a Índia disse que sua posição não mudou. E os EUA reagiram, dizendo que enquanto o acordo de facilitação de comércio estiver bloqueado, nada mais avança.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa